ANO 5.º — Sexta-feira, 24 de Janeiro de 1913 — NUMERO 256

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANÁRIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . . . 1$200 réis
Semestre . . . . . . 600 réis
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte 2$500 réis
Avulso . . . . . . 20 réis
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO
(*)
Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha . . . . . . 40 réis
Comunicados . . . . . . 20 réis
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

Um despeitado

—((*))—

Por mais que se esfalfe espalhando flores de rétorica, o chefe evolucionista no seu ataque pessoal ao chefe do govêrno, não consegue apagar o *motivo* que o levou a investir contra o dr. Afonso Costa.

Todo o mundo o vê, e êle, mais do que ninguem, sente a posição falsa em que se colocou embora finja um á vontade que nada tem de natural e logico e o torna grotêsco.

Pelo seu modo de ser atual, que é obvio esplanar, pois está bem assente na consciencia de todos, incompatibilisára-se com as aspirações do velho partido republicano e, no momento historico que o país atravessa, não era o homem que a nação reclamava para uma defêsa ponderada e eficaz da Republica e para uma administração urgente que a faça progredir.

Assim o julgando, foi o país, a opinião republicana, que impôz ao dr. Afonso Costa o pesado, embora honroso encargo de lhe guiar os destinos nésta gráve conjuntura.

Embora não ambicionasse o poder, este homem eminentemente patriota, ante a indicação da opinião racional, não fugiu ao cumprimento dum dever e tomou o dificil encargo.

Todo o país, ha muito, via no dr. Afonso Costa o estadista a quem, nêste momento, se devia entregar o govêrno da Republica e, por isso, um fremito de jubilo correu de norte a sul, ao vêl-o organisar gabinete.

E fôram geraes as aclamações pela sua subida ao poder, pois nêsse homem punham todos as suas esperanças de renovação e nobilitação do país. Sentiu-se um alivio, desanuviou-se o horisonte politico porque se via que alguem, forte, inteligente, patriota, de pulso firme e ousado, se propunha governar.

Pois foi êssa indicação nacional, as aclamações vibrantes do país inteiro, inconfundiveis, nitidas, impondo o seu nome imprescindivel nêste momento, que feriu e amachucou a vaidade do sr. Antonio José de Almeida. De ai o seu despeito. Por mais que tente, não o encobre suficientemente.

Quando das suas *démarches* para organisar gabinete, o chefe evolucionista não encontrou na rua, nem no país, a monsão republicana a encaminhar-lhe os passos e a agregar-lhe as vontades facilitando-lhe a tarefa.

Esse homem que nos primeiros esboços de conspiração contra a Republica, mandava o povo dar, a êsses traidores, agua-raz a beber, balas a comer e polvora a arder para os aquecer,—embora na sua *Republica* de 21 o negue,—deixou dum momento para outro, de ser o agressivo *mata-couceiristas* e, todo transigencias, entregou-se devotadamente ao cultivo do ferro-velho do passado... E naufragou.

Ao vêr subir Afonso Costa, desconcertou-se, desaprumou-se e, descompostamente, publicou—*A burla.*

Começou a esgremir, numa fúria de impotente, contra tudo, mórmente a Rua que é, agora, o seu pesadelo.

E como lhe notassem o gésto descomposto e desasizado, o sr. Antonio José de Almeida, fugindo da arena em que fôra chamado, prometeu, na imprensa, liquidar o chefe do govêrno.

Ficámos todos confrangidos á espera da prometida verrina que, pensámos, seria uma nova edição, peorada, da diatribe ao dr. Teofilo Braga.

Mas, não; désta vez o chefe evolucionista, muito mais comedido, limita-se, em frase sonora e ôca, a fazer um tenue desafio, para polemica jornalistica, ao chefe do govêrno e a lamuriar, quasi, uma queixa por os jornaes afectos ao presidente do ministério não o terem tratado com blandicias e afagos.

Mas não é o dr. Afonso Costa que o hostilisa: é o país republicano que não vê com bons olhos a sua atitude atual, e lhe volta as costas, reprovando o ataque grosseiro e mentiroso da sua gazeta, como, por exemplo, nas calunias há dias editadas sobre o ministro do interior.

Na febre de agredir, insulta. E não perdoando ás antigas multidões que o aplaudiam, o desprezo que agora lhe votam, tenta apresentar o dr. Afonso Costa como que manietado, guiado, escravisado por élas.

Tal qual os monarquicos gritam, que Afonso Costa quer governar com a *escumalha*, a *canalha*, a *escória*, a *rua*.

Entendidos. Para a vida e para a morte.

Relances

Rectificando

Num dos *relances* do ultime numero disse que ia aparecer em Aveiro um jornal evolucionista. E a proposito deixei entrevêr que se com dificuldade haveria quem o dirigisse, o redigisse e o administrasse, com mais dificuldade ainda haveria quem o lêsse, visto como o meio politico aveirense não lhe seria favoravel.

Demais, para as inteligencias, terrênas, é ponto assente que um jornal de Aveiro não é positivamente mais que um jornal regional.

Como todas as novas politicas em primeira mão, porém, ésta tambem carêce de reticficação.

Não apareceu jornal novo; apenas um jornal republicano independente, que já existia com director, redactor e administrador, e certamente leitores, apareceu agora com a rúbrica de *jornal republicano evolucionista*.

E diga-se até que o seu director é um antigo republicano que em qualquer partido da Republica póde e deve ser um bom auxiliar, além do que cabe aqui realçar-lhe a virtude de se definir neste momento pondo-se desinteressádamente ao lado dos que estão e provavelmente estarão... por baixo.

Semeando ventos

Uma gazêta local, dita e redita católica, toda se abespinha contra a organisação das cultuais sem se lembrar ou sem saber que de tal sorte se está preparando a animadversão dos católicos.

Porque os católicos a quem a gazêta ainda fala, hão de, mais hoje mais ámanhã, convencer-se désta palpavel verdade: a organisação das cultuais beneficía o povo católico.

Tudo quanto não fôr isto é... menos verdadeiro.

Desvairamento

Em todo o mundo financeiro causou sensação agradabilissima a redução que o ilustre ministro das Finanças do govêrno actual conseguiu fazer no nosso pavoroso *deficit*.

Em numeros rodondos produziu uns 5.000 contos de diferença para menos!

Pois um desconhecido financeiro evolucionista—talvez o mesmo da obediencia á lealdade prometida pelo seu partido—foi-se ao trabalho do sr. dr. Afonso Costa, mirou-o, remirou-o, e, por fim, concluiu com arreganho que não ha tal a faláda economia de milhares de contos!

Nem de centenáres nem de dezenas!

E altivo, sobranceiro, sem pestanejar, cheio de talento financeiro e de lealdade evolucionista, termina o seu *estudo* com esta baforáda a alho:

O sr. dr. Afonso Costa apenas poupou *a simples e modésta quantia de sete contos e quinhentos mil reis!!*

E o jornal *Republica* deu publicidade a isto!

Que desvairamento!

Culto da arvore

Fala-se em toda a parte no culto da arvore—da arvore que dá fruto, que dá sombra, que dá saude, que dá vida, que anima a paisagem, que embeléza, que encanta.

Pois ali na Avenida Bento de Moura, numa noite déstas, alguem passou que não lê pela cartilha dos povos civilisados e que surrateiramente destruiu as inofensivas arvores que orlávam aquéla avenida!

Quem quer que é tal obra fez póde cientificar-se de que lhe não é proprio qualquer tráje diferente da tanga...

Faz diferença

Sobre a nomeação do novo governador civil de Aveiro, a *Portuguêsa*, que ao caso se refére circunstanciádamente no seu ultimo numero, diz, entre outras coisas, textualmente o seguinte:

> O que é cérto, foi o sr. Ministro do Interior não fazer caso das indicações das comissões politicas!

O que é cérto—segundo me diz quem por éssas regiões anda—é o sr. ministro do Interior não ter podido sancionar a *primitiva lembrança* das comissões politicas locais por motivos que a ninguem deslustram e que os unicos interessádos—os partidários—não desconhecem.

E isto é um poucochinho diferente...

Clemente Morêno.

GOVERNADOR CIVIL

Como estáva designádo, tomou ontem posse o novo governador civil de Aveiro, sr. dr. Alberto Ferreira Vidal, que é tambem filho deste distrito, tendo a recomendá-lo, apezar das suas relações familiares, velhas tradições democráticas e toda uma vida de trabalho, de inteligencia e de hombridade.

S. ex.ª acompanhádo por numerosas pessoas, entre as quaes vinham representantes de quasi todos os concelhos, veio a pé da estação até ao edificio do govêrno civil, onde grande numero de cidadãos tambm o aguardavam, dirigindo-se todos para a sala nobre onde pouco depois entrava o sr. secretário geral e dr. Joaquim de Melo Freitas, tendo aquele, como substituto, dado posse ao novo governador civil, lendo o respectivo auto o nosso bom amigo dr. Mélo Freitas.

A sala estava repléta apinhando-se ás portas e nas salas contiguas muitas pessoas.

Saúda em primeiro logar a nova autoridade, o nosso prestigioso amigo dr. André dos Reis, que nas suas palavras, quasi sempre cobertas de aplausos, acorda os tempos idos como condiscipulos e camaradas, salientando o conhecimento intimo e consciencioso das qualidades de trabalho e de dignidade que ornam o caracter do sr. dr. Alberto Vidal a quem cumprimenta em nome dos republicanos locaes na antecipáda convicção de que ele saberá cumprir com toda a imparcialidade e justiça, os pesádos encargos do seu honroso mas dificil logar.

Segue-se o sr dr. Luís Guimarães, digno presidente da comissão administrativa désta cidade, que tem para o seu ilustre colléga, novo governador civil, as mais sincéras e justas palavras a que dão direito as suas qualidades e aptidões, que sobejamente conhece, julgando pois que são justas todas as saudações dirigidas, quer élas venham de correligionarios e não correligionarios, fazendo votos, em nome da cidade, para que seja próspera e acertada, conformemente julga, a administração de s. ex.ª.

Com aquéla sinceridade e absoluta franqueza com que sempre discorre, tem a palavra o dr. Pedro Chaves, digno presidente da comissão administrativa de Ovar, que faz as afirmações mais categoricas e radicaes declarando oferecer em nome não só dos republicanos do seu concelho, como de todos os bons republicanos, todo o seu apoio á ilustre autoridade.

Naquéle mesmo logar quando da posse do dr. Rodrigo Rodrigues disséra que a situação exigia administração honesta e defêsa rija das instituições. Elê assim o fizéra e se dêle vem a nomeação do novo governador, êsse facto significa, sem duvida, que a escolha deverá satisfazer todos quantos acima de tudo colocam o bem da Patria e a defêsa do regimen.

Estas palavras são calorosamente apoiadas pela assembleia.

Fala depois o sr. dr. Marques da Costa digno deputado por este distrito. Diz que está ali em nome dos seus colégas para assistir ao acto da posse do novo governador, que deverá ter no desempenho das suas altas funções a maior energia aliada á maior equidade e justiça.

Que o digno governador civil se esforçará, de cérto, como ele e os seus colégas na câmara, por fazer bôa politica—que é sem duvida a de captação mas tambem a de selecção, porque é preciso não entrarmos nos mesmos processos politicoss da monarquia. Saúda, pois, a autoridade superior do distrito em nome dos seus colégas e dos bons republicanos.

A seguir o sr. dr. Alberto Vidal principia por agradecer a presença de quantos o honraram naquele acto, o que profundamente o comovia assim como as palavras do seu colléga dr. André dos Reis.

Vinha com as melhores intenções de bem cumprir o seu dever dentro do ambito das suas atribuições, no maior desejo de fazer justiça porque quando se defrontásse o momento de assim não poder cumprir, sairia tão honésto e tão digno, como neste momento entra. (Muitos apoiádos).

Acorda no espirito de todos a gravidade que nesta conjuntura atravéssa o país. As dificuldades e as paixões tanto se debatem pelas secretarías de estado, como nas sédes dos districtos e nas administrações dos concelhos e por isso devemos lembrar-nos, com toda a sua filosofia, do velho rifão que nos diz—*a união faz a força!*

Que emquanto os que esse encargo têm e engrandecem a Patria, nós devemos engrandecer tambem, moralisando, administrando, dignificando os distritos e os concelhos porque por toda a parte, assim cumprindo, naturalmente concorremos para enaltecer o país.

Aceitando o espinhoso encargo de que está investido, assume-o por duas razões:—a primeira na decidida bôa vontade que o incita, e a segunda na dedicação de todos quantos o possam ajudar na sua espinhosa, ainda que muito digna missão.

Não tem ambições politicas; o seu ideal de sempre foi bem servir a sua Patria e quando disso estivér seguro, marcará, nêsse dia com uma pedra branca, como sinal indicativo de ter cumprido o seu dever.

E' para êsse fim que está ali.

Prometendo a quantos o ouvem defender a justiça e a equidade, sem agravo para ninguem, precisa que estas palavras sejam levadas aos que ali não estão, aos que são correligionarios e aos que não são e em especial ainda aos que, simplesmente patriotas, é preciso que acreditem e se convençam da verdade das suas palavras.

As portas do govêrno civil estarão sempre abertas para receber quantos venham pedir-lhe justiça.

Uma salva de palmas cobre as ultimas palavras de s. ex.ª que é abraçado e cumprimentado emquanto se cobre de assinaturas o termo de posse.

Pela nossa parte saudâmos respeitosa e carinhosamente o novo governador civil, fazendo votos para que s. ex.ª cumpra, sem a mais leve tergiversação, as suas palavras, pois assim verêmos realizada a indispensavel tarefa por que, de sempre, aqui temos vindo bradando. Tem s. ex.ª de depurar a atmosfera para que respire sem perigo. Ha muito que sanear.

Faça-o s. ex.ª e terá assim cumprido o seu dever. E néssa tarefa, tem s. ex.ª a adesão do *Democrata* e de tantos quantos como nós, entendem que os remedios estão na rasão dos males.

Ao sr. Ministro da Guerra

O "Democrata„ insiste em que seja solucionádo com honra para o prestigio e dignidade da Republica o indecoroso, o infamante atentádo contra éla urdido pelo tenente medico miliciano Manuel Pereira da Cruz ao negociar por 50$000 reis a isenção de mancêbos do serviço militar

—(*)—

Independente da partilha,—porque, em verdade, cabe a todos os membros do atual gabinête, na parte respeitante ao cumprimento de quanto foi consignádo na declaração ministerial, lida no parlamento pelo sr. presidente do conselho, no caso que tratâmos—tem o ilustre ministro da guerra um papel de especial natureza implicando, nada mais nada menos que a sua pronta e imediáta intervenção para o devido apuramento de responsabilidades num crime vergonhoso e repelente, que ha seis mezes seguidos aqui vimos tratando sem descanço.

Exige-o o prestigio do exercito, a moralidade do regimen, o proprio caracter do ilustre ministro.

E tanto mais êssa intervenção se impõe quanto é cérto que o criminoso, num requinte da depravação moral e de revoltante cinismo, se declára num papel local—*republicano-democrático*—como insinuando que, alistádo assim nesse partido, que V. Ex.ª honra com a sua pessoa, está isento da responsabilidade que, com todo o pêso, cai em cima da sua cabeça.

Por honra do regimen e daqueles que nas cadeiras do Poder o representam e defendem, não será admissivel permitir-se a repetição de vergonhosas e deprimentes cênas decorridas em tempos idos, representadas na tolerancias e até absolvição de crimes praticados por adéptos de um ou doutro grupo politico: progressistas protegendo criminosos porque eram progressistas, regeneradores seguindo a mesma orientação porque eram regeneradores.

Com o falso pretexto, e neste caso está o facto a que vimos aludindo, de que fôra mandádo arquivar um determinádo processo por falta de provas, embora élas sejam indiscutiveis e em excesso edificantes, um determinádo individuo, na situação de o poder fazer—com errada ou no seu entender justificáda resolução—mandou que não seguisse o procedimento contra o indigitado criminoso, provindo de tal situação a impunidade subsequente, resultando que, com gráve ofensa de mais alguma coisa do que a justiça, apesar de grávemente ferida, o acusado continúe não só no exercicio de todas as suas funções oficiaes, mofando da rigidez das atuaes instituições, como sempre se riu do regimen deposto que lhe tolerou toda a casta de abusos, dos mais grâves, embora que directamente ferissem a moral e o decôro público.

Combatendo de ha anos, ainda muito longe da realidade republicana, todos os

velhos e nefastos procéssos da monarquia e dos seus adéptos; batalhando para que fôsse inaugurāda uma nova éra de moralidade e de justiça que banisse todos os energumenos da sociedade que precisava ser devidamente purificáda, estávamos implicitamente no dever e na obrigação de vir denunciar a continuação do cometimento de actos que foi não só a negação de tudo quanto seja dignidade pessoal, mas a demonstração evidente de que o atual regimen cêdo se batia na podridão e no esterquilinio que asfixiou a monarquia deposta.

E vai já para seis mezes que, excelentissimo senhor, numa persistencia, mais que não seja, digna de registo, aqui vimos fornecendo todas as indicações comprovativas de quanto temos avançádo, desde a indicação de testemunhas até á publicação de documentos indiscutivelmente comprovativos da consumação do crime pelo réo Manuel Pereira da Cruz, *tenente medico miliciano, medico municipal no concelho, delegado de saude no distrito, homem politico, politico republicano* e **republicano democrático,** como provocadôra e acintosamente ele se declara, nas colunas dum papel qualquer, que é orgão exclusivo de entoar lôas desafinádas, embora, ás qualidades dos membros da familia e que no caso presente faz gala da impunidade do acusado.

Compreende V. Ex.ª como qualquer pessoa, que tal situação se não póde prolongar e ainda que não houvésse o soléne compromisso do gabinête, tomado pela bôca do seu chefe, o brio, o pondunor e a disciplina militar e social impõem-se para, avocádo ao respectivo estudo e apreciação de V. Ex.ª o respectivo processo, ter ele o seguimento indispensavel que a moralidade do regimen exige por todas as razões, por todos os principios.

Do medico miliciano Manuel Pereira da Cruz, acusado de isentar mancebos do serviço militar no acto da respectiva inspecção, a 50$000 reis cada um, é mandádo arquivar o procésso que lhe foi instaurádo, coincidindo, porém, éssa *sentença* com outra que condéna no tribunal de Oliveira de Azemeis tres eguais *escrocs* em penas que variam de 16 a 3 mezes de prisão corréccional, custas e selos do processo.

Defrontádos com taes resultádos tão profundamente contraditórios; conhecedôres das provas terminantissimas e indestrutiveis apensas ao procésso mandádo arquivar, com o peregrino motivo justificádo de que—*não existem provas*—réptando o acusado tenente-miliciano Manuel Pereira da Cruz para que nos chame aos tribunaes afim de evidenciar se sômos ou não uns caluniadores da dignidade de oficial e pessoal de tão *veneravel* cidadão; dizendo-se, o que está finalmente no espirito de todos, que o fim do procésso fôra a natural consequencia da protecção da familia, contenta-se ele apenas com esse resultádo *gracioso,* permita-se-nos o termo, como bastante satisfação, e vai ouvindo, impávida e cinicamente, que, esmagando-o com o argumento real dos factos, continuâmos a dizer, designando-o com o invejável epiteto de *escroc de representação?!*

Mas se bem nos recorda, nas leis militares está consignáda a disposição de que todos, néssa qualidade, têm o dever moral de defender-se de tudo quanto lhe seja assacádo de deprimente desdouro.

E mais que não fôsse bastaría a situação deprimente e vergonhosamente desautorisáda desse homem, para que por honra e em respeito déssa disposição legal e aliás justissima—seja V. Ex.ª quem ordéne a respectiva baixa, a quem, não tendo o respeito por si e pela fard que veste, se deixa publicamente arguir de crime tão gràve, sem procurar a mais leve justificação, contentando-se que dum só individuo venha a sua absolvição, quando outros analfabétos e moralmente irresponsaveis, comparativamente, sejam condenádos a 16 mezes de prisão.

Como qualquer facilmente compreende, exige-o o prestigio do exercito, o proprio caracter de V. Ex.ª e a moralidade do regimen, de que o ministério é sentinéla vigilante, para que se não pense e diga que ele protege e defende os que o maculam e agràvam na prática de crimes désta natureza—um medico miliciano isentando mancebos do serviço militar, no acto da inspecção, a 50$000 reis cada um!

URGE FAZER LIMPÊSA

Está finalmente resolvida a crise ministerial com a subida ao poder do vulto mais prestigioso do partido republicano, o sr. dr. Afonso Costa.

E' ële o homem que mais solidas e seguras garantias oferece no presente momento, porque nenhum outro manteve, até hoje, a mais irredutivel linha de coerencia, a mais indiscutivel energia e a mais omnimoda aptidão.

Esta verdade é reconhecida por todos—por republicanos de todas as côres, e pelos proprios inimigos da Republica.

A obra reformadora do govêrno provisorio foi interrompida; urge continual-a, mas sem transigencias, chamando todos os que honesta e lealmente quizérem cooperar néssa obra de rejuvenescimento da patria, sem comtudo deixar ser inexoravel com os encapotados inimigos do regimen. E déstes muitos ha por êsse país fóra, e em especial nésta cidade. E' preciso eliminal-os, ou, pelo menos, sacudil-os daqui, como já se fez a alguns. E' de necessidade de fazer desaparecer os que só vivem doestando a Republica, não obstante irem ratinhando as migalhas que éla generosamente lhes dá.

Ninguem melhor do que o sr. Ministro do Interior para iniciar esta obra de saneamento que nós auxiliaremos na medida das nossas forças.

Ou o sr. dr. Rodrigo Rodrigues não tivésse sido aqui governador civil, e não conhecesse bem o meio em que viveu durante alguns mezes.

Imprensa

Pelo seu 2.º aniversário, passado a 11 do corrente, felicitâmos o nosso colléga de Oliveira de Azemeis, *O Radical*, com quem temos mantido as mais estreitas relações de cordialidade e estima.

O *Radical* foi fundádo pelo nosso velho amigo dr. José Lopes de Oliveira e é hoje, sob a direcção do dr. Amadeu Encarnação, o orgão, no concelho, do Partido Republicano Português.

=Com o titulo *Educação* temos presente o n.º 1 da 1.ª série désta nova revista quinzenal de pedagogía, que principiou a publicar-se em Lisboa na penultima quarta-feira.

Traz profusa e distinta colaboração além de várias gravuras espalhadas pelo texto.

Vida próspera lhe desejâmos.

=Suspendeu a publicação o antigo orgão progressista *Progresso de Aveiro,* onde se distinguiram em ataques aos republicanos o *Bébes*, o padre José Marques de Castilho, ex-director da Escola Normal e outros *artistas* da penna.

PADRES REBELDES

Ao sr. administrador do concelho

O que se está passando nas visinhas freguezias da Oliveirinha e Esgueira, deste concelho, exige a imediáta atenção e intervenção de V. Ex.ª, como temos vindo dizendo.

O paroco da primeira daquélas freguezias, Alvaro Henriques Alho -mas que *alho*—desrespeita as leis da Republica ostensivamente e tenta levantar naquéla terra, pacata até agora, o germen de gràves conflitos.

Formou-se, como é de lei, a cultual naquéla freguezia e, quando da posse, o prior, acolitado pelo capelão, rompeu numa exposição aterradôra aos membros da cultual declarando, ex-catedra, que todos estavam excomungados por fazerem parte da tal agremiação, que não tinha a sanção de Roma e, ipso facto, eles e suas familias, a quem a excomunhão se estendia, não seriam enterrados em sagrado, nem teriam, na morte, os rituaes e sufragios da egreja, nem entrada no céo!

Que pensassem bem e se deixássem guiar por ele. Que ainda estavam a tempo de emendar o passo dado em falso:—*era desdizerem-se, que a Santa Sé perdoava éssa falta de caracter que redundava, afinal, em beneficio da salvação das suas almas.*

Travada larga discussão em que o padre não levou a melhor, os cultualista permaneceram unidos e firmes, persistentes no seu crédo, e rindo-se da excomunhão que o padre lhes endereçára furibundo e apoplético. Não tinham mêdo algum da fulminação da sua ira impotente, ripostaram-lhe.

Começou, então, o masmarro, o trabalho de toupeira entrando em casa de meia duzia de familias broncas onde o seu reaccionarismo, feróz e cégo, encontra guarída. Daí faz a sua guerra, sem descanso, a toda a freguezia. Não ha desconsideração que não pratique, infamia que não cometa, provocando assim o povo daquéla terra honésta e laboriosa.

Depois de ter atafulhádo as algibeiras com o suor daquéla povoação—pois tem dalí levado mais de dezenove contos de reis, em vinte anos que lá está paroquiando—ainda por cima estabelece a desordem e o odio, a intranquilidade no seio de tantas familias que viviam ordeiramente cavando os seus campos, sem que os interesses de Roma as importunasse ou preocupasse.

A presença de tal padre naquéla freguezia é um elemento de perturbação da ordem pública, de desasocego, pela intriga que espalha, pelo odio que semeia, pela afronta que produz aos brios daquéla gente que o enriqueceu, suinamente engordou e respeitou e que, dum momento para outro, póde desencadear um gràve conflito, cujas consequencias não é facil medir.

Posto em guerra aberta com a cultual, nega-se, embora lhe paguem o costume, a assistir com os sacramentos aos enfermos que os reclamam ou a acompanhar o cadaver de qualquer paroquiano, desde que vá qualquer objecto da egreja cultualista

Últimamente tem-se negado a acompanhal-os, tendo mesmo abandonado a freguezia, propositádamente, no dia em que alguem faleça e só regressando depois do seu enterramento.

Isto para quê? Para vêr se aquele povo, que ainda tem enraizados sentimentos religiosos, se amotina.

Ainda ha dias esse paroco, sordidamente interesseiro e avarento, se negou a acompanhar o cadaver da mendiga Rosa Padeira á sepultura, apesar déla, mesmo pobre, lhe pagar, todos os anos, *a capéla.*

Nem assim, estando pago adeantádamente, com parte das esmolas que a desgraçada arranjava, cumpriu o seu dever.

Ha tempo, já no dominio da Republica, faleceu Joana Vieira, não lhe mandando os filhos rezar oficios.

O padre Alvaro procura-os e perguntas-lhes se não mandávam fazer os oficios á mãe.

—Não, responderam-lhe, pois resolvemos dizer-lhe algumas missas e repartir o dinheiro pelos pobres.

Ao que o prior Alvaro retorquiu;

—*Então dêem-me a mim que tambem sou pobre.*

Assombroso! O dinheiro que os filhos de Joana Vieira caritativamente distribuiram pelos pobres, para lhes minorar um pouco a rude miséria, reclamava-o, sem pejo, o prior rico, sadio e forte, **para ele que tambem era pobre!**

Que falta de vergonha e de sentimentos de caridade! Tudo para ele, para a sua barriga insaciavel, até o dinheiro que querem dar aos pobres!

«**Pobre tambem eu sou!**—resmunga o hipocrita.

E diz-se ministro do senhor, e tem paroquiádo uma freguezia em que, segundo as doutrinas de Cristo, devia prégar o desinteresse, o desapego pelos coisas terrenas, um ambicioso désta raça, uma creatura que é o cumulo da sovinice, que tudo acha pouco para a sua fome devoradora e suja.

E se os pobres, alguma vez, não lhe pagam a *capéla,* quanta lamuria emprega, perseguindo-os, num peditório teimoso, até receber!

O casamento civil, para a compreensão curta deste bronco tonsurádo, é uma mancebía. Ainda ha pouco convenceu disso uma rapariga na confissão, forçando-a a obrigar o marido a casar-se católicamente.

A José Antonio Caldeira, membro da cultual, ameaçou-o, em confissão, de só o absolver prometendo-lhe ele deixar de fazer parte de tal corporação que tem a excomunhão papal.

A's pessoas que déram esmolas á cultual, diz-lhes que estão em pecádo gràve e insoluvel, pois Deus repudía éssas associações. Que para taes grupos só vão as pessoas deshonéstas, pedreiros-livres, maçonicos, a gente fraca, os debóchados.

Ora cultualista é quasi toda a gente do logar, excétuando uma duzia de familias, quando muito, que ele fanatisa e orienta. Lançar um labeo assim sobre a maioría da povoação, é uma provocação afrontosa que póde desencadear uma tempestade de odios e de represálias. O odio religioso é dos peores.

* * *

Em face do procedimento do prior, foi lhe proíbida a entrada na egreja pelos cultualistas.

No dia 12 deste mez, domingo, foi ali rezar missa o sr. padre Ferreira da Gama, professor do liceu désta cidade. Pois estivéram iminentes conflitos entre os cultualistas e os peniculários do prior, que iam ouvir missa á residencia paroquial, resada pelo padre Alvaro e que fica a uns cincoenta metros da egreja.

Houve discussão, ditos, invertivas de parte a parte, provocações.

Ora isto, assim, não póde continuar.

Tem obrigação de olhar para isto a autoridade.

Urge pôr ponto a tal estado de coisas intimando o jesuita-reverendo, que não respeita as leis da Republica, e a quem aquele povo hoje despreza e odeia, a que abandone imediátamente aquéla freguezia.

A presença ali daquéla figura grotêsca e irritante, não deve consentir-se pois é um desprestigio para a Republica e póde dar logar a desordens lamentaveis.

Como tambem dissémos já, devia responder no dia 15 esse padre, no tribunal désta comarca. A esse respeito de novo nos informam que já no domingo esse masmarro mandava a casa de medicos mendigar um atestádo de doença para se furtar, por algum tempo mais, a vir ao tribunal prestar contas pelas infamias que vomita contra a Republica e pelo desasocego que produz nas consciencias daquele povo.

De facto, não veio.

Mas como estava doente esse homem que mandava emissários pedir um atestado medico de doença, com tres dias de antecipação, e sem lhe reclamar a visita, para não vir a tribunal?

Pedir a um cidadão que ateste uma mentira e jure sob a sua honra, que é uma verdade, é o cumulo do impudor e da sem vergonha!

E faz tal pedido um padre um ministro do senhor que devia amar a verdade pura e imaculada!

Em tudo que lhes traga beneficios, querem lá saber de meios bons ou maus! Tanto serve a verdade como a mentira, com tanto que convenha e com a mesma sencerimonia juram uma ou outra coisa.

Foi assim em todos os tempos, a moralidade do jesuita. Conseguir os fins, por todos os meios, ainda os mais tôrpes.

Está na lógica do caracter da profissão. Vivem do erro, da ignorancia; exploram a mentira e a hipocrisia.

Pois sr. administrador do concelho: meta-os V. Ex.ª na ordem. Ao *alho* da Oliveirinha e ao outro, ao padre Gil, de Esgueira.

* * *

Depois de escrito e composto o que aí fica, é-nos comunicádo que fôram superiormente proíbidos de residirem durante tres mezes dentro dos limites dos seus concelhos ou distritos, por desrespeito á lei da Separação, os padres Alvaro Henriques Alho, prior da Oliveirinha e José Rodrigues Gil, paroco em Esgueira.

Vê-se que por parte da autoridade concelhia não foi descurádo o assunto e que o sr. Beja da Silva, consció dos seus deveres, procedeu mais uma vez em harmonia com as justas reclamações que a cada passo lhe eram dirigidas.

Tem o nosso apláuso.

Traidores e rancorosos

Um amigo nosso, detentor de vários escritos apanhádos aos monarquistas residentes em Hespanha, facultou-nos a leitura da seguinte carta enviáda por um ex-alferes do exercito, muito conhecido em Aveiro, a sua esposa, que diz assim:

...Recebi o vosso retrato que me encheu de prazer. Embrulhei-o numa bandeira azul e branca. Junto está o retrato do sr. D. Miguel e um coração de Jesus.

No dia 1 tive que fazer uma viagem de 43 kilometros a pé. O *Mitchel* deu-me o cavalo do sr. D. João de Almeida, oficial austriaco, para néssa ocasião me transportar; porém o cavalo estava doente e tive que vir a pé.

....

Aproxima-se o tempo para a vindima. Muitas adégas mancharão as ruas entornando o tinto liquido que lhes ferve dentro...

Esta carta tem a data de 4 de Julho de 1912, época em que se preparáva a incursão realenga de tão triste epilogo junto á praça de Chaves. E porque revéla bem os sentimentos da personagem que a escreveu, déla aqui ficam os principaes periodos, que oferecemos aos republicanos não convencidos ainda da inoportunidade da amnistia.

Intrigas no bairro

Tendo sido propaládo que entre o oficial do exercito Costa Cabral e o nosso director houvéra ha dias uma cêna violenta por causa dum *suelto* aqui publicádo na secção—*Relances*—referente ao aparecimento dum novo periodico *evolucionista,* devêmos aclarar que tal não aconteceu, embora explicações fossem trocádas no sentido exposto. As quaes explicações, por não terem caracter conflituoso, terminaram em curto espaço, mais curto do que o que foi preciso para os pregoeiros de noticias sensacionais arquitetarem os boatos fantasistas que por aí correram.

Ora pois.

Pedimos aos nossos assignantes que nos avisem sempre que mudem de residencia afim de que o jornal se não extravie e portanto o não deixem de receber.

AS LANCHAS

Sob a direcção persistente e afadigáda do ilustre capitão do porto sr. Silvério Rocha, achamse já na agua e ancorádas em frente da capitania, as tres lanchas aqui chegadas e que se destinam ao serviço de fiscalisação na ária da nossa ria.

De elegante e sólida construção, exibindo uma magnifica linha de agua, qualquer das lanchas, de tipo perfeitamente egual, tem 10 metros de comprimento, com 2,m 40 de bôca maxima e 0,m 38 de caládo maximo, deslocando cada uma cêrca de 3 toneládas.

O motôr de combustão intérna, tipo *Kelvin*, de 4 celindros, 30 H. P., mevido a gazolina, fica a meia nau, um pouco para a ré, onde existe bastante espaço, que comporta, á vontade, 6 a 8 pessoas.

Além do motor vê-se um grande espaço onde a guarnição póde descançar, dormir e resguardar-se do tempo, pois tanto o motor como este espaço que se segue para a coberta tem uma cobertura de madeira devidamente circundáda por vidraça, o que o torna muito confortavel e cláro.

Para a prôa, o espaço é reservádo aos depositos do combustivel do qual comporta 176 kilos, para o raio de acção de 25 horas, á velocidade de 8 milhas á hora, podendo atingir, a toda a força, um andamento de 10 milhas.

O consumo de combustivel por minuto é de 0,k 843, dando a hélice nesse mesmo tempo 552 rotações.

Para a respectiva tripulação das novas *gazolinas* chegáram da capital, o 1.º sargento José de Freitas e 11 praças, que estão empregádas na fórma da montagem de todos os indispensaveis aprestes das embarcações, das quaes só para a proxima semana poderá ser feita a sua definitiva inauguração entrando logo no desempenho do serviço que lhes compéte.

Com as lanchas veio o sr. Carlo Pierri, *chaffeur* da casa constructora Orlando, de Livorno, demorando-se aqui até habilitar os fogueiros no manejo dos motôres.

O ilustre capitão do porto pensa em conseguir autorisação para que, para o sul do matadouro, seja construida uma dóca onde as lanchas se abriguem e possam até, numas cértas condições vantajosas, receber qualquer reparação, pintura ou outra qualquer coisa de que necessitem.

Tomâmos a liberdade de alvitrar que éssa dóca poderia atingir as dimensões precisas para tambem abrigar os outros barcos, movidos a vapôr e gazolina, que são propriedade de vários particuláres que por esse serviço pagariam o que fôsse justo, aproveitando-se com isso o ensejo de fazer desaparecer da ria, ao côjo, as coberturas de madeira onde éssas lanchas são recolhidas e que apagam toda a beleza daquele ponto, já todo cheio desses resguardos que só são admissiveis no logar onde se acham por uma questão de vigilancia para evitar qualquer acto de malvadez.

Aí fica o alvitre sem outro intuito mais do que modificar um estado de coisas, que, com agrádo de todos, bem se póde evitar.

Sentimos

Pela morte de seu pae, sr. José da Silva e Castro, está de luto o nosso amigo Miguel Castro, digno amanuense da administração do concelho de Oliveira de Azemeis.

Era o finado um homem que gosava de gerais simpatías na vila donde era natural, e que serviu, como empregado do correío, durante largos anos com inexcedivel zelo e as mais cativantes provas de delicadêsa e honestidade.

A todos quantos o choram, mas especialmente a Miguel Castro, a expressão das nossas condolencias.

Republica Francêsa

A França elegeu ultimamente o seu novo presidente para substituir mr. Fallières, cujo mandáto imperativo está a terminar. Chama-se Raymond Poincaré e exercia as funções de chefe do ministério atual. Obteve no segundo escrutinio 483 votos, sendo a sua candidatura bem aceite por todo o povo francês.

A Constituição garante-lhe 7 anos de presidencia.

O Democrata, vende-se em Lisboa na *Tabacaria Monaco* e *Kiosque Elegante,* no Rocio.

AS GRANDES CATASTROFES

MAIS UM VAPOR QUE SE PERDE—MUITAS VITIMAS—A CAUSA DO DESASTRE

Sacudindo o país num estremeção de horror, pelas circunstancias terriveis em que num momento ficavam quatro centas vidas, a noticia do naufragio do vapor inglês, *Veronese*, ao norte de Leixões, correu veloz por toda a parte, alarmando especialmente as populações da beira-mar, que, identificadas com o poderoso elemento, de sobejo o conhecem, tanto nas suas horas de meiga quietude, espreguiçando-se indolentemente na praia, como naquêlas em que, na furia das suas cóleras, espuma feroz, rouquejando o bramido alarmante e pavoroso da tormenta!

Foi nésta ultima situação, agravada com a densidade da noite, que o *Veronese*, perdido o rumo, bateu nas pedras da Lacha, a 200 metros da praia da Bôa Nova, e ali encalhou, numa situação gravissima, atenta a furia das aguas e as dificuldades para o rapido estabelecimento de meios de salvação.

A grandeza do barco e as suas condições de resistencia foram, sem duvida, as melhores protetôras para os desgraçados que se sentiam cingir pelo abraço fatal da morte em tão angustiosas circunstancias, visto que para poder estabelecer um cabo de comunicação foi inutilmente gasto todo um dia, apezar dos esforços e da brava coragem, até ao sacrificio da vida, do povo que trabalhou para esse fim—qualidades que atravez de todos os tempos e circunstancias são lendárias e inerentes á raça portuguêsa.

Toda éssa luta gigantêsca sustentáda em terra e travada no mar, por os bravos poveiros e portuenses, vale uma epopeia e não cabe aqui referir tal sôma de energia, de audacia e do altruismo que sempre animou aqueles que não desmentiram a grandeza de alma do povo lusitano, numa luta heroica e ininterruta de dois dias e duas noites, arrancando ao suor, que fôra já a mortalha das suas esperanças, aqueles para quem ele sería, por cérto, tambem a mortalha dos seus cadaveres!

Mas concluida a sublime taréfa e feita a chamáda dos que fôram arrancádos ao abismo, não respondem 25, para quem a morte para sempre lhe colára os labios e em terra faltam dois sublimes heroes que sacrificáram a vida na estoica abnegação pelo seu semelhante.

Estendido na praia e furiosamente batido pelo vagalhão impetuoso que se lhe desfaz no costado, abalando o monstro de ferro, ferido de morte, está o *Veronese*, que horas antes vogava rapido e elegante, na sua bela linha de agua, cortando, veloz, a superficie do oceano, e agora se destaca, sombrio e lugubre, dentre os penhascos, guardando ainda nos seus compartimentos, transformádos em tumulos, os cadaveres de quantos no seu seio encontraram a morte.

Mas... terrivel interrogação—o que originaria toda éssa tremenda tragédia de destruição e de dôr?

Sem duvida a falta da respectiva presença, no posto do dever, de alguem indispensavel!

Justificando a nossa previsão, confirmáda infelizmente pela propria desgraça, dâmos a palavra ao timoneiro, paléstra que um coléga reproduz:

Seriam duas horas—fala o marinheiro que ia ao leme—*quando começou a chover copiosamente não deixando perceber os faroes, calculando, pelo tempo decorrido, que devia estar em Leixões.*

Como não o avistasse chamei o oficial, supondo levar rumo errado. Voltei para traz cêrca duma milha.

A falta do farol indicativo fez-nos hesitar no rumo e apenas tinhamos caminhado de novo para a frente durante alguns minutos—diz com desalento—*espetámo-nos!*

Désta declaração resulta, clara e terminantemente, que o govêrno ia só entregue ao marinheiro do leme!

Vigias, oficial de quarto, comandante—todos—abandonaram o seu posto, tendo o proprio marinheiro, pelo que se deduz das suas palavras, de abandonar o govêrno do barco para ir chamar o oficial!

Mas déssas palavras não se deduz sómente o que aí dizemos;—vê-se que desde a saída de Vigo, perto da meia noute, ninguem mais quer saber, apezar do tempo duro que fazia, e que por si só bastaría para exigir todo o cuidado, se o barco mantinha o devido rumo, como navegava emfim, sobre uma costa para todos desconhecida e perfeitamente ás escuras.

A desorientação e o desgoverno foram completos e certamente a catastrofe se teria evitado se todos nos seus postos, como lhes competia, compreendendo a situação, se fizéssem ao mar, desde a largada de Vigo, como aconselhava a prudencia, qualidade indispensavel para quem sobre o liquido elemento tem responsabilidades e deveres.

E tanto foi o abandono dos seus postos, que, ocupados êles, ocorrida a catastrofe, de bordo se expedio o radiograma que é recebido nas estações marconigraficas dos vapores *Holanda* e *Valon*, que acodem, comunicação que diz:—*ás cinco horas aproximadamente encalhámos em rochas a milha e meia ao norte do porto de Leixões, pérto da barra do Porto.*

Quem demonstrava assim, nas indicações fornecidas no radiograma, o conhecimento preciso do logar da catastrofe, não estava, por certo, onde a tempo a podésse ter evitado.

Dai a convicção absoluta que ha grâves e directas responsabilidades a apurar nêsse formidavel desastre.

Narram os diários que o comandante, Charles Turner, depois de salvo, ao passar pela frente da embarcação, se erguera na maca que o conduzia, e, num gesto de amarga despedida, olhava o barco, chorando!

Que traduziriam as lagrimas do capitão?

A tristeza pungente do quadro? O abandono, para sempre, do bélo barco,perdido com todo o seu enorme valor, ou o relato, em consciencia, do grande, senão maior quinhão da responsabilidade nas vitimas, no luto e nas lagrimas derramadas tambem pelas mães que, levados pelas ondas, viram fugir-lhe os filhos dos braços, e por aquêles que, na sua imaginação febril e angustiosa, mantinham viva a impressão do quadro horroroso que presencearam—a agonia, o estertor dos miseros afogados, seus paes, irmãos, amigos?

Com vista á direcção do Teatro Aveirense

Informam-nos que se pretende não numerar os bilhetes para as tres récitas de carnaval, que no nosso teatro terão logar, subindo á cêna uma revista, que pelos merecimentos e *verve* dos seus conhecidos actores, está despertando vivo interesse e como consequencia poder contar-se com tres enchentes completas.

A falta de numeração dos bilhetes, emquanto trará sómente um pouco de menos trabalho na bilheteira, não compensa por esse motivo, as dificuldades em que vae colocar os espectadores que dêsse modo deixam os seus logares prediletos resultando que para conseguirem melhor logar terão de ir com grande antecedencia esperar a abertura da sala para os obterem, não se evitando certamente todas as outras inconveniencias que o bilhete numerado sempre evita garantindo um logar, a toda a hora que se procure.

A falta que referimos póde tambem justificar a pretensão de serem postos á venda maior numero de logares, que, não sabemos porque motivos, diz-se tambem, serão mais elevados que o preço da casa.

Sobre, porém, o que expômos chamâmos a atenção dos incansaveis membros da direcção do teatro, sempre solicitos em atender as reclamações publicas, para mais uma vez justificarem a sua acertada administração e decidida bôa vontade, inteirando-se do que a tal respeito ha e ordenando as providencias que se impõem no caso presente.

Deixar de numerar os bilhetes—não póde ser.

Elevar os preços sem razão alguma justificativa—não é regular.

Pelo menos isto é o sentir geral, que aqui reproduzimos como fieis interpretes da opinião pública.

"Sindicalismo e Gréve Geral,,

E' este o titulo do duodécimo volume publicado pela *Bibliotéca de Educação Moderna*. São seus autores José Prat, o notavel revolucionário, um dos dirigentes do movimento proletário de Barcelona, e Aristides Briand, o grande estadista que ainda ha pouco era chefe do govêrno francez. Para portuguez, foi a obra traduzida por dois escritores apaixonados tambem por este género de estudos: Ribeiro de Carvalho e Fernão Boto Machado.

O livro *Sindicalismo e Gréve Geral* é de uma flagrante actualidade, agora que o elemento operário em Portugal pensa em organizar-se definitivamente.

O que é o Sindicalismo? Quaes as suas vantagens? O que vale como organisação de combate? Como poderá preparar-se a Revolução Social? O que deve ser uma gréve geral?

Todas estas questões, que em todos os países estão causando o maior ruido, são tratadas com clareza.

O novo volume encontra-se á venda em todas as livrarias das provincias ao preço de 200 reis brochado e 300 cartonádo, podendo tambem ser pedido para a **Livraria Internacional,** *Calçada do Sacramento, 44*—Lisboa, que o editou e a cujos proprietarios agradecemos o exemplar oferecido.

PARABENS

Um *Lourenço* anónimo, em correspondencia de Braga para o *Camaleão*, envia-os ao seu *querido e velho amigo dr. Pereira da Cruz, distintissimo medico militar, pela vitória que alcançou sobre os seus vís detractores.*

Mas qual vitória, se o sr. Pereira da Cruz só até hoje conseguiu a de, impunemente, durante anos, explorar pobres filhos do povo recebendo dinheiro e presentes valiosos a titulo de obter das juntas medicas a sua isenção do serviço militar?

O correspondente de Braga enganou-se. O que ele queria era dar os parabens ao sr. Pereira da Cruz como sendo um dos mais *distintos* e previlegiados *escrocs* que passeiam as ruas de Aveiro.

Perdoâmos-lhe por isso...

Ao sr. Ministro do Interior

INSISTINDO

A proposito do que no numero passado dissémos sobre a proîbição aos professores da Escola Normal de receberem em suas casas, como comensaes, alunos que frequentem êsse estabelecimento de ensino, é-nos pedida a publicação déstas linhas:

... *Sr. A. Ribeiro*

No ultimo numero do Democrata *de que v. é digno redactor, sob o titulo*—Ao sr. Ministro do Interior—*veiu um artigo que prendeu a atenção de muita gente que se preocupa com as cousas da instrução, e de cujo numero tambem fazemos parte.*

Na verdade, ha muito que aos professores da Escola Normal désta cidade foi vedado o ter em sua casa, como comensais, alunos que fôssem estudantes naquéla escola.

Não obstante esta proîbição, que a moralidade justifica, não se tem aberto os olhos para um professor do liceu que tem em sua casa estudantes que sustenta e ensina, e ha-de julgar no fim do ano, imoralidade a que até hoje se não tem posto termo, porque só agora se léva ao conhecimento do sr. Ministro do Interior este escandalo que, para prestigio das instituições e bem da instrução, se não deve consentir, como se procedeu com os professores da Escola Normal.

Com a hombridade e competencia com que no seu jornal se tratam todas as questões de interesse público, esperâmos, sr. redactor, que não largará mão dêste momentoso assunto, emquanto o sr. Ministro do Interior não dê as providências necessárias para que se ponha, quanto antes, termo a tão revoltante abuso.

Seu amigo, etc.

Aveiro, 22—1.º—1913.

L. R.

Não ha dúvida que providencias teem de ser tomadas urgentemente ácêrca do caso que nos inspirou o artigo da semana finda e agora trouxe a público tambem o nosso correspondente L. R. Se os professores da Escola Normal estão proîbidos de receberem em suas casas estudantes seus alunos, logico é que éssa proîbição se estenda aos professores do liceu acabando de vez com semelhante imoralidade pelas escandalosas injustiças a que dá logar.

O govêrno do sr. dr. Afonso Costa inscreveu no seu programa, entre outras coisas, a reforma de costumes. E' uma medida que merêce todo o nosso louvor e por isso esperâmos que se torne realidade e efective éssa resolução.

E nada. Decorrem os dias, as semanas, os mezes e o sr. Pereira da Cruz nada. Nem justifica as suas «escroqueries», nem nos chama aos tribunais para castigo da nossa audacia aplidando-o de medico "burlista,,.

Temos visto creaturas cinicas. Comtudo, nenhuma ainda que se egualasse a esse miseravel, vergonha da terra que lhe serviu de berço.

FIRMINADAS

O *Camaleão*, de quarta-feira, dando noticia da filiação de *A Portuguêsa* no partido evolucionista, diz:

> Passou a denominar-se orgão daquéla facção politica, o evolucionismo, o jornal local a *Portuguêsa*, da direcção do tenente de infanteria, sr. Costa Cabral.
>
> O facto, com que aliaz ninguem tem nada, foi descortezmente apreciádo por um papel local que insulta toda a gente, mas a grossería fê-la o sr. Cabral engulir ao autor, a quem encontrou, ao cabo de algumas busca, na tabérna *Social*, désta cidade, onde se achava em companhia do administrador do concelho e comissário de policia do distrito.

Noutra parte deste jornal já se acha explicádo o incidente, se assim lhe querem chamar, havido com o nosso director e o tenente Costa Cabral. O *Camaleão*, porém, escreve, como que a querer depreciar-nos e ao ilustre comissário de policia, que comnôsco se achava, indicando o logar onde, *ao cabo de algumas buscas*, fômos encontrádos—*a taberna Social*. Está-se a vêr a *facadinha* do defensor das *escroqueries* do medico Pereira da Crnz...

O peor é que nada consegue, o desacreditádo jornaléco. E por uma razão muito simples: quando nós entrámos na *taberna*, o tenente Costa Cabral já lá estava e com ele o *chefe evolucionista*, Jaime Coelho e o sr. Antonio da Cunha Coelho, agente duma casa bancária nésta cidade. Néssa *taberna* entra a melhor sociedade de Aveiro, gente decente, honésta e limpa, que não usa burlar ninguem para aparentar grandêsas nem tão pouco embriagar-se para dirigir galanteios a mulheres de reputação duvidosa...

A *taberna* Social é um *restaurant* dos mais bem montados que aqui existem, onde ninguem se envergonha de entrar exatamente porque é uma casa aceiáda, com gabinêtes isoládos, que garantem ao frequentador todas as comodidades, á maneira do que sucéde com as suas congéneres lá de fóra. Ainda ha pouco lá vimos o sr. governador civil substituto, dr. Mélo Freitas e o deputado Marques da Costa, sendo exquisito que o informador do *Camaleão* lhe não referisse o nome doutro nosso amigo, o dr. Alfredo Nobre, conservador do registo civil, que na nossa companhia e do digno comissário de policia tinha entrado para a mencionáda *taberna*...

Mas basta de explicações. A antiga gazêta dos *firminos*, que Aveiro já cantou em prosa e verso, é por de mais conhecida para que com éla gastêmos hoje mais tempo a proposito da insinuação tôrpe com que nos pretende atingir e á autoridade, que nésta terra se conduz por fórma a só merecer a consideração de toda a gente de bem, de todas as pessoas dignas.

Aonde lhe morde sabemos-nós. O *Camaleão* não póde perdoar o termos-lhe arrancádo a máscara e ao parente, que *livráva* por 50$000 reis, fóra o résto, os pobres que se deixávam enloiar pelas suas pantomimices. Quiz, por isso, pôr-nos em cheque, julgando que nos atemorisa o latir da canzoáda...

Era o que faltava...

O DEMOCRATA

Vende-se agora no **Kiosque Pereira,** junto ao mercado do Côjo.

CARTA DE PINHEIRO

Lendo com verdadeira satisfação quanto *um velho contribuinte e republicano* escreve na Carta de Alquerubim insérta no *Democrata* de 17 do corrente, sobre a fórma como está sendo exigido o imposto de prestação de trabalho, o que é nem mais nem menos que a mais ilegal extorsão feita ao povo contra a determinada expressão da lei, vâmos pela nossa parte e em defêsa dos interesses populares de toda esta região, ha tanto roubada, dizer quanto sobre o assunto entendemos, colocando a questão no campo indiscutivel da verdade e da lei, onde tem de ser posta, dôa a quem doer.

Ainda que tenhâmos a antecipada convicção que o ilustre presidente da comissão administrativa do concelho de Albergaria, o nosso bom amigo Jaime Ferreira, não consentirá que, em nome da lei e da moralidade do regimen, se continue roubando infame e descaradamente o povo, constando-nos até, que aquêle cavalheiro já ordenou que só fôsse cobrado o imposto que a lei estabelece e que ninguem póde aumentar, eliminando tambem do respectivo cadastro os nomes dos indigentes que a lei exclue terminantemente de tal pagamento, vâmos transcrever da lei as proprias disposições textuais que regulam e determinam como tal cobrança deve ser feita pelas respectivas câmaras municipaes.

Por decreto do govêrno provisório da Republica de 13 de outubro de 1910 sancionado pela assembleia nacional, está em vigor o codigo administrativo de 1878, com execução, porém, no que fôr omisso, no que determine o codigo administrativo de 1896.

Dizendo apenas o primeiro dêstes codigos no seu art.º 117, que:—*a contribuição geral de trabalho é lançada sobre os chefes de familia na conformidade das leis que regulam a viação municipal*, teremos de regular pelo que sobre o assunto dispõe o segundo codigo administrativo citado: o de 1896.

E o que vêmos?

Aí vae, sem alteração duma virgula, a doutrina que êle estabelece sobre êste assunto art.º 72—*O imposto de prestação de trabalho compreende o serviço de pessoas e cousas* **em um dia de cada ano.**

Tudo que seja exigido além do que êste artigo estipula tão terminante e claramente, é um roubo, é um abuso **contra o qual qualquer colétado se póde queixar á comissão distrital, negando-se a pagal-o.**

Mas ha mais.

§ 2.º—*O individuo que fôr trabalhar com carro, carrêta ou animaes* **não é obrigado a outro serviço pessoal.**

§ 3.º—**Os indigentes não são obrigados a êste imposto.**

§ 4.º—*A prestação de trabalho não é devida a distancia superior a 6 kilometros da residencia do contribuinte.*

§ 5.º—*A prestação do trabalho póde ser satisfeita pelo proprio contribuinte, por outrem em seu logar ou remida a dinheiro pelo preço das tarifas que a câmara deve estabelecer anualmente.*

Ora aqui temos as bases em que assentam em principio, o qual não póde por motivo algum ser alterado, as disposições que a lei estatue para a cobrança e execução do imposto do trabalho.

Tudo que seja além disto é ilegal e o povo tem o direito, que a propria lei lhe concede, de contra tal violencia reclamar negando-se ao seu pagamento.

O que se tem feito até hoje pelo proprio decoro dos cidadãos que estão á frente dos destinos municipaes, não póde nem déve continuar.

Conheça o povo de quanto a lei estabelece a tal respeito e nada tem a pedir senão o seu fiel e devido cumprimento.

Mais nada, mais nada.

Só um dia, como a lei manda e estabelece, deve o cidadão pagar como imposto de prestação de trabalho.

Mais nada, mais nada.

Essa ilegal exigencia, representando um verdadeiro roubo, com a falsa mascara da lei, não póde continuar por honra de todos.

Continuar a exigir-se tres dias de trabalho ao pobre lavrador o que representa 1$200, quando deve apenas 400 reis; 6 dias ao que possuir tres carros que correspondem 10$800 quando devem ser apenas 3$600 reis; obrigar indigentes reconhecidos e até a mulheres nêssas condições o pagamento de tal contribuição, é uma extorsão, uma violencia que nem em pleno sertão africano se pratica.

Se tal sucedesse seguir-se-ia a revolta do indigena, e aqui, esgotado todo o direito licito de protesto, se tal continuar a ser exigido, resta-nos êsse recurso na defêsa dos nossos interesses, obrigando quem abusa em nôme da lei que apenas a respeite e cumpra.

E' só nisto em que devem assentar todas as representações que tenham de ser apresentadas: cumpra-se a lei! E esta estabelece que **seja só dum dia o imposto de prestação de trabalho.**

Mais nada, mais nada.

Um lavrador

SIGA A FITA

—(*)—

Os nossos colégas *Jornal de Estarreja* e *Povo de Agueda* aludindo, nos seus ultimos n.ºs de sábado, ainda ao *caso Pereira da Cruz* aqui debatido ha uns poucos de mezes consecutivos, escrevem:

O primeiro:

> Continúa sem a devida solução de justiça este celébre caso de Aveiro, quer dizer: o medico meliciano sr. Pereira da Cruz, sendo acusado pelo *Democrata* de grâves incorrecções no exercicio das suas funções, foi julgado ilibado, e o *Democrata*, que nêste caso devia ser processado por difamação, como êle proprio o diz, desafiando que o processem por isso, se alguem é capaz, ainda hoje continúa a pedir justiça contra o sr. Pereira da Cruz.
>
> Isto parece mentira num regimen novo, a quem compéte moralisar o País e regenerál-o dos nefastos processos politicos da monarquia.

Do segundo:

Falando no deserto

> O *Democrata*, de Aveiro, continúa a tratar do caso Pereira da Cruz, exigindo que a questão seja levada aos tribunais. **Agora** com um govêrno de Afonso Costa no poder estamos em crêr que justiça será feita, tanto mais que nêstas questões de moralidade os democraticos são intransigentes.
>
> Mas póde tambem acontecer que o mesmo *significativo silencio* continue pesando sobre o extranho caso e será então tempo de Arnaldo Ribeiro reconhecer que a sua voz em vão c*ama no deserto.*

Assim será; mas quando disso estivérmos bem capacitados o caminho a seguir já nós sabemos qual êle é.

CORRESPONDENCIAS

Castélo de Paiva, 13

Saudâmos o novo e primeiro ministério partidário da nossa querida Republica.

Chegou a hora de se fazer a devida e necessária justiça, de se dar o seu a seu dono e de se elevarem as novas instiuições, tão barbaramente ofendidas.

=Tendo sido concluido o grande largo da vila depois da implantação da Republica, tem sido comentado e censurado o procedimento da comissão municipal administrativa por ter mandado colocar na esquina do velho tribunal estes dizeres: *Largo do Conde de... Castélo de Paiva!*

Da mesma fórma sucéde com o despacho do sr. delegado désta comarca que retirando ontem de aqui deixando justas e merecidas saudades aos *talassas* e falsos republicanos, que teem o prometimento daquele delegado da Repu-

blica voltar como juiz de direito. Não duvidâmos.

=Em unico sinal de regosijo em todo o concelho foi ontem á vila queimar meia duzia de foguetes um sincéro e verdadeiro republicano.

Antes de terminar esta humilde correspondencia, um conselho á paivonezas autoridades e funcionarios públicos: reparar as injustiças, dar o seu a seu dono e cumprir cada um com os deveres de verdadeiros patriotas.

C.

Palhaça, 16

Depois de trinta dias fechada ao público a estação telegrafo-postal désta freguezia, sem motivo algum que o justificasse a não ser á falta de juizo de certos individuos que pela Palhaça deviam ter mais consideração, reabriu ontem, não sabendo nós porque tempo e em que condições. Está, comtudo, aberta ao serviço público a estação telegrafo-postal da Palhaça.

A desorientação duns, o odio doutros pelos beneficios ultimamente recebidos, ainda que com bastante sacrificio do povo da Palhaça e principalmente de alguns dos seus dirigentes, cortou num praso de 30 dias as regalias de tanta gente que por esta estação telegrafo-postal é servida.

Numa terra como a Palhaça, que, se não é muito comercial, tem dois mercados dos mais importantes do districto de Aveiro, que dão bastante que fazer, fecha-se uma estação 30 dias sem outro motivo que não fôsse a desorientação e o odio!

Depois um desarranjo na escrituração, de espantar; incomodos para o proposto para o serviço de malas, viagens abaixo e acima de recibos de cobrança, e nós não sabemos se mais alguma coisa... Uma barafunda!

A estação fechou por conta e risco de quem quer que foi, e nem sequer se avisou algumas estações de que a Palhaça havia fechado. Fecharia éla em segredo?

Se imaginam que a Palhaça hade estar sempre sujeita a desorientados e odientos, enganam-se redondamente.

Duas só as senhoras que aqui tem estado e ambas ocasionaram ao povo a inconveniencia de um máu serviço. Pois soceguem que se tivérmos a infelicidade de ter como empregada da estação telegrafo-postal mais alguma senhora, éssa não sairá só com um simples atestado dum medico. Sofrerá o inconveniente de se sujeitar a uma inspecção medica e mais alguma coisa, se isto continuar como até aqui.

Custa a compreender como se passa um atestado de doente a quem supômos estar tão doente como nós nésta ocasião, que, felizmente, não podemos ter melhor saude.

C.

Alquerubim, 21

Estão alagados os campos das margens do Vouga.

= O inverno tem sido a causa de estarem muito atrazados os trabalhos agricolas proprios désta ocasião.

=A coqueluche tem atacado um grande numero de creanças nésta freguezia. Tambem tem havido pneumonias, dando-se alguns casos fataes.

= Continúa a carestia de pastagens para os gados.

= Vae abrir-se nésta freguezia mais um estabelecimento comercial para fazer o numero de *dezesseis!* E' quasi uma loja para cada freguez!

E digam lá que não ha dinheiro!

C.

Oliveira de Azemeis, Loureiro, 21

Reuniram hoje os republicanos históricos deste concelho afim de eleger a comissão municipal politica.

Um dos factos que mais nos impressionou, foi o da ideia de todos, em grupo, irem a casa do sr. dr. Manuel Moreia de Sá Couto instárem para que este prestimoso cidadão viésse colaborar na vida activa do partido, o que se conseguiu. Foi bem acertáda a medida, pois a Republica não podia prescindir dum cidadão que tão altos serviços lhe prestou durante o tempo que esteve á frente deste concelho.

Com éla nos congratulâmos.

= Produziu aqui sensação o que disse *O Democrata* sobre as *potencias* arranjadas pelo sr. dr. Barbosa de Magalhães para o engrandecimento do Partido Republicano Português.

A *potencia* de Veiros, como outras que ele tem conseguido por aqui, eivadas dos mesmos vicios e costumes da monarquia, cujas adesões o sr. Barbosa de Magalhães aproveita, não calcula s. ex.ª que élas só desprestigiam, enfraquecendo as hostes democráticas. Não acredita o sr. Barbosa de Magalhães? Pois desça á aldeia, ao seio do povo trabalhador e veja o que aí se diz. A Republica tem sido apunhaláda por esses aderentes, e fique cérto que nem tudo que luz é ouro...

Quem escreve éstas linhas tem a noção completa do que se passa.

= Tendo a comissão politica désta freguezia apreciado largamente a justa campanha que o *Democrata* tem feito referente ao medico Pereira da Cruz, protesta energicamente contra o modo como o assunto foi liquidado.

= Causou aqui a melhor impressão, nos sincéros patriotas, a subida do partido republicano ao poder.

Felicitâmos entusiasticamente o sr. dr. Afonso Costa, confiados em que cumprirá fielmente o seu programa.

= Consta-nos que alguns cidadãos, mascarados de democratas, não tem podido ocultar o seu desgosto por se encontrar á frente do govêrno o eminente estadista que é a gloria do povo português.

= Constou que o regedor désta freguezia pediu a sua demissão, mas de positivo nada sabemos.

S. F.

Ultima hora

O NOSSO JULGAMENTO

Acábam de nos informar que está marcádo para 15 do proximo mez de fevereiro o dia em que temos de responder no tribunal désta comarca por supostas ofensas á dignidade do editor do "Camaleão,,, Firmino de Vilhena de Almeida Maia.

Falarêmos no proximo numero e subsequentes.

O CASO PEREIRA DA CRUZ NO PARLAMENTO

LISBOA, 23

O deputado dr. Francisco Cruz ocupou-se hoje durante a sessão parlamentar do escandaloso assunto que o "Democrata,, tem tratado referente ao medico Pereira da Cruz, chamando para êle a atenção do ministro da guerra que respondeu o que já é sabido: não se ter provado nada contra o medico no processo que lhe fôra instaurado.

Francisco Cruz, porém, insistiu lembrando ao sr. ministro da guerra a conveniencia de chamar o procésso a si para que justiça seja distribuida a quem a merecer.

As revelações do dr. Francisco Cruz produziram extraordinária sensação na câmara entre os deputados, que depois, nos corredores, discutiam com interesse o "negocio,, do tal tenente medico miliciano.

C.

Serviço de administração

Mandámos á cobrança pelo correio, uns, e por intermédio de obsequiosos amigos nossos, outros, os recibos de "O Democrata,, vencidos ou prestes a vencerem-se, do que dâmos conta aos nossos presados assinantes rogando-lhes a finêsa do seu bom acolhimento afim de nos evitárem novas despêsas e podermos trazer em dia a escrituração do jornal.

***

No **Congo Bélga, Pará** e **Manáus** estão respectivamente encarregados de receber as assinaturas que lá possuimos, os srs. **Henrique Madail, J. J. Nunes da Silva e João Simões Amaro Junior,** devendo os assinantes das outras partes do ultramar, onde ainda não temos pessoa idonea que nos represente, mandar as importancias directamente a esta redacção, o que desde já muito agradecêmos.

Descanço nas pharmacias

Mappa das que se encontram abertas nos dias de domingo abaixo designados:

JANEIRO

DIAS	PHARMACIAS
26	RIBEIRO

Anuncios